

# ESPACO | SOCIALISTA

Nº 82- Setembro de 2015

Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária

## POR UMA

# FRENTE DA ESQUERDA



# E DOS TRABALHADORES

**CONJUNTURA NACIONAL**

**QUAL O DESTINO DO GOVERNO DILMA?**

**JUVENTUDE**

**CAPITALISMO? PARA QUE NOS QUER?**

**FORMAÇÃO**

**UMA INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE MAIS-VALIA**

**EDUCAÇÃO EM ALAGOAS**

**A LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE**

**MULHERES**

**A LUTA DA MULHER NEGRA É INTERNACIONAL**

**INTERNACIONAL: GRÉCIA**

**O PACTO SYRIZA/TROIKA E O RESSURGIMENTO DAS MOBILIZAÇÕES**

# PARA RESPONDER À CRISE: POR UMA FRENTE DA ESQUERDA SOCIALISTA E DOS TRABALHADORES



As ruas foram tomadas novamente pelo verde e amarelo, cores das maiores manifestações depois de junho de 2013. Diferente das anteriores em que a pauta era bem difusa, dessa vez girava em torno do Fora Dilma, pelo Impeachment e contra o PT. Mas, qual o caráter dessas manifestações? E das realizadas no dia 20 de agosto? E a esquerda socialista, quais propostas?

## UMA CRISE POLÍTICA SEM LUZ NO FIM DO TÚNEL

Mesmo com a sinalização de Dilma/PT e do PMDB do Senado para a burguesia da proposta de “Agenda Brasil” (que apresenta vários ataques contra direitos históricos da classe trabalhadora), mesmo com o tempo que ganhou do Tribunal de Contas da União (TCU) para prestar contas do mandato anterior (embora juridicamente seja muito difícil uma possível improbidade condenar com impeachment nesse mandato), mesmo com as negociações com os empresários da indústria, mesmo com as declarações de banqueiros como o presidente do Bradesco (banco do qual o ministro da fazenda é funcionário) e do Itaú e mesmo com a orientação da Globo em manter Dilma no poder, o fato é que a crise política continua e o governo deve seguir a pauta. No entanto, essa crise pode ter intensidade maior ou menor. Expressão disso é a ameaça de Temer (no momento em que escrevíamos esse texto) em sair da articulação política.

A certeza de que essa crise segue tem como base a sua origem: a crise econômica e suas consequências sobre a classe média, principalmente, a camada superior, com a restrição ao crédito, a inflação, etc., sem que haja alguma possibilidade de serem eliminadas.

E possui também outro elemento importante: por mais que se façam acordos de cúpula, “por cima”, com os partidos, isso não possibilita acabar com a rejeição à Dilma e ao PT que existe na classe média e, também, na classe operária em grandes e pequenas cidades

e em regiões onde o partido, tradicionalmente, tinha forte influência política e eleitoral.

## A DIREÇÃO É DE DIREITA E OS ATOS SEGUEM ESSE CAMINHO

As manifestações do dia 16 reuniram dezenas de milhares de pessoas que expressavam o nacionalismo reacionário até mesmo com a defesa de intervenção militar. Embora muitos participando por acreditar que podem melhorar suas condições de vida, esses atos tiveram um caráter de oposição ao governo Dilma, pela direita.

O conteúdo desses atos (com faixas “contra a invasão comunista”, “abaixo o comunismo e a esquerda”, etc.) demonstrou também, além de seu caráter de direta, grande erro de análise e de confusão de seus participantes, pois avaliam ainda que PT e Dilma são de esquerda e defendem o comunismo.

Suas lideranças, os oradores dos carros de som, os grupos de direita (Casa da Monarquia, Integralistas, etc.), esses sim, não têm dúvidas quanto aos objetivos de demarcar suas posições e disputar o poder diante da atual crise econômica e política.

Neste sentido, os grupos de direita têm se apoiado no desgaste de Dilma e do PT (por aplicar o programa da direita, mas com menos rapidez) para canalizar essa insatisfação para o seu programa. A ampla maioria dos participantes tinha como bandeira política “Fora Dilma” (o impeachment é só uma das formas) e “Fora PT” (incluindo ataques diretos ao Lula – única hipótese do PT ter peso em 2018), com alternativas dentro do leque de direita.

São várias as propostas apresentadas para uma eventual queda de Dilma: desde desgastá-la até a proposta de novas eleições (para isso deveria cair Dilma e Temer); outros defendem a saída de Dilma para Temer assumir; há os que defendem a volta dos militares. Enfim, mesmo entre os diversos setores da direita que estão fora dos partidos

(revoltados online, MBL, etc.) e entre os partidos da oposição burguesa não há consenso sobre uma saída para a crise política.

O fato de trabalhadores assalariados terem participado dessas manifestações não impede de caracterizá-las como de direita, por várias razões, uma delas é a questão da consciência de classe. Um trabalhador que ganha um salário mínimo e defende o golpe militar não nos faz aliado e não nos furtamos em contribuir com esse debate.

No entanto, a maioria participava como “cidadão” (na condição de eleitor, consumidor, etc., que pode ser de qualquer classe social) sem se reconhecer enquanto classe trabalhadora, mesmo porque a composição majoritária de classe média alta.

Sem a consciência de classe, a parcela assalariada participa desse processo com posições reacionárias e que fortalecem a direita para desgastar ainda mais ou pressionar o governo a aplicar mais rapidamente os ajustes que somente prejudicam a classe trabalhadora.

## A DIREITA NÃO TEM COMO LUTAR CONTRA A CORRUPÇÃO

Já tratamos de corrupção, em edição anterior, como parte da própria lógica concorrencial do capitalismo. Todo capitalista, ainda mais quando todas as empresas têm a mesma produtividade (e a mercadoria com valor similar), precisa encontrar formas de ganhar das empresas concorrentes. Essa é a base da corrupção. E acontece tanto nos órgãos públicos quanto nas vendas entre empresas privadas.

A ilusão da classe média na existência de um Estado capitalista sem corrupção tornou-se um excelente mote para setores da direita defender o fortalecimento das instituições repressivas do Estado (Sérgio Moro, Ministério Público, Polícia Federal) que serão utilizadas contra os

trabalhadores, inclusive contra as camadas inferiores da classe média.

Defendemos punições rigorosas, expropriação dos bens, etc. a todos os corruptos e corrompidos. Mas, nenhuma instituição burguesa fará isso porque significa negar a sua própria essência. O programa da direita contra a corrupção não pode ser levado a sério. Somente a organização dos trabalhadores poderá mudar esse rumo.

### RECONHECER O INIMIGO E NÃO DESPREZAR A DIREITA

Sabemos que a direita, de fato, não é a alternativa. A própria burguesia brasileira não trabalha com a possibilidade de um endurecimento do regime a ponto de impor um governo fascista, tipo militar ou civil. Não é a hipótese mais provável porque as instituições democrático-burguesas ainda conseguem garantir a implementação de seu projeto. E também, até esse momento, não é a política do imperialismo alimentar golpes militares. Tem sido exceção.

No entanto, como já frisamos, a direita tem acumulado força e precisamos enfrentar, sob pena de arcarmos com o seu crescimento política. Agora também não podemos nos enganar, pois a direita está alojada no governo federal. Joaquim Levy e Katia Abreu são apenas os mais conhecidos. A própria política econômica de Dilma é o programa que Aécio e a direita defenderam na eleição passada.

Hoje a direita não tem nenhuma liderança que consiga unificá-la (o que aumentaria a sua força), mas isso não significa desconsiderar que suas ideias possuem apoio de massas. As crises colocam em discussão a busca por saídas e, se a esquerda não consegue se colocar como alternativa, a direita também apresenta as suas propostas. Então não descartamos a hipótese de esses setores

conservadores ganharem mais projeção social, abrindo a possibilidade de a burguesia endurecer o regime, apelar ainda para a repressão aos movimentos sociais e assim garantir o aumento da exploração sobre os trabalhadores para recuperar a lucratividade.

Também nas crises aumenta o risco do aparecimento de “salvadores da pátria”, como foi o caso de Hitler que ganhou força durante a crise de 1929. Não é o mais provável, mas existe essa possibilidade.

Outra demonstração do avanço das ideias da direita tem sido as votações no Congresso Nacional. A redução da maioria penal, o avanço da terceirização, a “Agenda Brasil” e tantos outros projetos de lei são de interesse do capital e pioram a vida dos trabalhadores.

Inegavelmente na situação política nacional os setores mais reacionários estão com peso político considerável. Por outro lado, a esquerda revolucionária não tem conseguido se avançar nesse processo, pautar as reivindicações da classe trabalhadora e frear os ataques que o capital desferiu contra os trabalhadores. Precisamos construir uma saída que imponha as reivindicações e pautas da classe trabalhadora.

### IMPEACHMENT?

Dilma está à frente de um governo que tem aplicado um brutal ataque sobre a classe trabalhadora. Entre seus aliados estão os maiores inimigos de classe como Katia Abreu e Joaquim Levy, dentre outros. O congresso, como todo parlamento burguês, também está na trincheira da burguesia atacando os trabalhadores.

Muitos dizem que com Aécio seria melhor. Pura ilusão. Ambos disputam apenas quem vai administrar melhor para o capital. Estaríamos enfrentando o mesmo projeto econômico, pois o programa que Dilma é o mesmo defendido pelo PSDB. Enfim, são todos inimigos dos trabalhadores.

Com isso, a primeira conclusão que podemos tirar é que as nossas forças não podem ser direcionadas somente para o gerente imediato e seus planos de cortes de verbas públicas e exploração, mas também contra o próprio capital.

A segunda é que, ao não termos uma alternativa organizada da classe trabalhadora, o impeachment de Dilma trará para o seu lugar Temer, Eduardo Cunha ou até mesmo Aécio (ou outro maldito qualquer do PSDB) em uma nova eleição.

A troca de Dilma por outro governo burguês não vai mudar em nada a situação da classe trabalhadora, pelo contrário, ao assumir um governo menos desgastado do que o de Dilma vai haver mais condições para aprofundar os ataques sobre os direitos dos trabalhadores.

Assim, a principal batalha política que se coloca no horizonte é ganhar a classe trabalhadora para a luta, para se colocar em marcha contra os planos de austeridade de Dilma e da burguesia e para colocar toda a sua força na ruptura com o capital. Com a classe trabalhadora mobilizada tudo muda, pois poderemos construir uma saída que seja, de fato, uma alternativa a esse governo, a esse judiciário e a esse parlamento, essa “tríplice aliança” contra os direitos dos trabalhadores.

### POR UMA FRENTE DA ESQUERDA SOCIALISTA E DOS TRABALHADORES

Precisamos romper esse cerco e apresentar para a classe trabalhadora as propostas da esquerda para a atual crise econômica e política. Apesar de todos os problemas e dificuldades da atual conjuntura, a crise também abre possibilidades para a esquerda revolucionária ser alternativa para a classe.

O desemprego, a ausência de serviços públicos, a inflação, etc., são sintomas da crise econômica e um campo fértil também para as ideias revolucionárias. Precisamos disputar a consciência do trabalhador sob pena de perdê-lo para a direita.

Para potencializarmos a intervenção da esquerda pensamos que é fundamental a construção da unidade da esquerda revolucionária e antigovernista. Essa unidade se colocaria na forma de construção de uma **Frente da Esquerda e dos Trabalhadores** da qual participariam lutadores, ativistas, trabalhadores e todos os grupos e partidos do campo antigovernista.

Para nós, essa frente deve se iniciar com a realização de plenárias de base para discussão e elaboração de um programa que responda à crise política e econômica, a partir das necessidades



A direita atacando: se aproveitando do justo ódio dos trabalhadores ao PT e a Dilma para atacar o comunismo e a esquerda



dos trabalhadores. Esse programa, a nosso modo de ver, deve partir das reivindicações imediatas (contra o desemprego, aumento de salários para enfrentar a inflação, etc.), mas também deve tratar da construção de uma alternativa política para a crise, se opondo ao crescimento da base da direita e disputando a consciência dos trabalhadores.

### **É HORA DE A ESQUERDA SOCIALISTA CONSTRUIR AÇÕES DE RUA**

Reafirmamos que nem no ato do dia 16 e nem do dia 20 os interesses da classe trabalhadora estavam representados.

De um lado os setores de direita que canalizaram a insatisfação com Dilma e tem organizado manifestações massivas. De outro, ainda que com pauta “contra a política econômica” e “contra o ajuste” (bandeiras bem genéricas), várias organizações como MST, MTST, CUT, UNE e maioria do PSOL realizaram as manifestações do dia 20.

Mesmo um setor insistindo que não seria um ato em defesa do governo (por isso em alguns estados foram realizados dois atos), a forte presença da CUT e de militantes do PT que assumem a defesa de Dilma, foi o que realmente apareceu mídia.

Embora os eixos da convocação do dia 20, apresentados por Guilherme Boulos (MTST), tenham sido: 1) Contra o ajuste fiscal, que os ricos paguem pela crise; 2) Fora Cunha, não às pautas conservadoras e ao ataque aos direitos; 3) A saída é pela esquerda, com o povo na rua e por Reformas populares e também contra Joaquim Levy e a política econômica, o chamado não se apresenta contra Dilma, que nomeou Levy, tem o partido de Cunha como aliado e aplica toda essa política contra a classe trabalhadora.

No mesmo chamado, Guilherme Boulos (ainda que não tenha nenhuma crítica a Dilma) criticou os grupos e partidos de esquerda por não mobilizarem as pessoas em torno das suas propostas. Boulos tem razão. A esquerda socialista não acredita que a força das mobilizações canalizada pelos governistas ou pela oposição burguesa levará a classe trabalhadora à vitória.

Há tempos temos reafirmado a necessidade de a esquerda, em oposição a esses dois setores, construir um processo de mobilizações com as

reivindicações históricas da classe trabalhadora e também um Encontro Nacional de Lutadores e Ativistas.

Nesse sentido, achamos extremamente positivo a convocação feita pela Coordenação Nacional da CSP Conlutas de um ato nacional no dia 18 de setembro, em São Paulo, e de um encontro nacional no dia 19, também em São Paulo.

Agora é construí-lo em cada local, em cada categoria, escolas, bairros, etc., para que seja, de fato, democrático e de base e possa sair com um programa anticapitalista contra o desemprego, por reforma agrária e urbana, por lutas democráticas, contra a criminalização do movimento social, contra a “Agenda Brasil”, etc. Fortalecer esse encontro é uma das primeiras tarefas dessa frente da esquerda socialista e dos trabalhadores.

### **OS ATAQUES (AGENDA BRASIL, PPE) AOS DIREITOS E AS LUTAS**

Os efeitos da crise chegaram e de forma intensa, com desemprego, arrocho salarial, perdas de direitos e congelamento salarial. E os trabalhadores resistem. São várias categorias em greve.

No funcionalismo federal são os professores e os técnicos das universidades federais, os técnicos dos institutos federais, o judiciário federal e os trabalhadores do INSS. A maioria já passa dos 80 dias em greve. Lutam pela recomposição salarial.

Nos estados, o funcionalismo do Rio Grande do Sul enfrenta parcelamento de salários e a tentativa do governo jogar sobre as costas dos trabalhadores a falência do estado. No Rio Grande do Norte os trabalhadores da saúde estadual estão completando 70 dias de greve por reajuste salarial.

Nas montadoras a luta é contra as demissões. Os trabalhadores da GM, de São José dos Campos, resistiram com greve e mobilização de rua e conseguiram, pelo menos, adiar as demissões (transformadas em layoff por 5 meses). Também na GM, de São Caetano, foram mais de 490 demitidos. Na Volks, Taubaté, o processo é o mesmo. No ABC, a Mercedes ameaça alegando que tem “excesso” de trabalhador e que precisa cortar 2000 postos de trabalho. E quando fechávamos essa edição a greve se iniciava contra as demissões. Essa situação se espalha por outras montadoras e se estende para as autopeças que também demitem ou aproveitam a situação para impor a redução de salários e redução da jornada com o PPE (Plano de Proteção ao Emprego).

Todos esses ataques aos nossos direitos são parte do ajuste fiscal implementado por Dilma, garantindo a lucratividade das empresas à custa da redução dos nossos direitos.

A tendência é que esses ataques se aprofundem com a “Agenda Brasil” que, entre outras coisas, vai discutir a implementação da idade mínima para aposentadoria no Regime Geral da Previdência e uma nova legislação para facilitar a privatização pelas PPP (Parceria Pública Privada)

Não nos resta outra alternativa que não seja a luta e a organização. O amplo apoio e solidariedade a essas greves e lutas são fundamentais para a vitória de cada uma delas, que fortalece a classe trabalhadora de conjunto. E essa campanha depende de nós, esquerda organizada, pois as direções governistas não vão fazer nada que possa desestabilizar o governo que apoiam.

## **TEMOS ALTERNATIVA! TODOS À MARCHA DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS E AO ENCONTRO NACIONAL DE LUTADORES**

A conjuntura mostrou claramente que nem Dilma nem a oposição de direita são capazes de atender às necessidades dos trabalhadores. Querem passar a imagem de que se atacam o tempo todo, mas no final das contas estão todos juntos para, prontamente, atacar os direitos e rebaixar ainda mais as condições de vida da nossa classe. Por isso, é fundamental construirmos uma alternativa de fato desatrelada dos governos e dos patrões: Chamamos todos

os trabalhadores e trabalhadoras a se juntar ao chamado da CSP-Conlutas para construirmos um ato bem diferente dos atos de 16 e 20 de agosto. Chamamos à construção de um ato realmente da classe trabalhadora no dia 18 de Setembro e para um Encontro Nacional de Lutadores no dia seguinte, 19. Temos alternativa e é unificar os setores mais combativos dos trabalhadores, com total independência dos governos e patrões:

# PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO (PPE): UMA NOVA ROUPAGEM PARA UMA VELHA AMEAÇA

Atendendo aos interesses das grandes empresas e tendo as duas maiores centrais sindicais do país, a CUT e a Força Sindical, como cúmplices, o Governo Dilma publicou no dia 06 de Julho a Medida Provisória 680, que cria o PPE - Plano de Proteção ao Emprego. A elaboração do projeto partiu nada menos do que das catacumbas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT, e vem para aprofundar a lógica de retirada de direitos iniciada pela inesquecível série de ataques desferidos contra os trabalhadores esse ano, com as MPs 664, 665 e o PL 4330, agora PLC 30.

O Programa de suposta proteção ao emprego propõe reduzir a jornada de trabalho em troca do corte de salário do trabalhador em até 30% por até 12 meses.

Da perda salarial, 50% seriam compensados ao trabalhador pelo governo, que disporia do FAT (Fundo de amparo ao trabalhador) para cobrir as despesas que deveriam ser do patrão. Essa compensação está limitada ao valor de R\$ 900,84 que é correspondente a 65% do valor do maior benefício do seguro-desemprego, hoje em R\$ 1.385,91.

Existe uma lógica devastadora das condições de vida dos trabalhadores por trás do PPE. É importante observar que essa lógica está presente também em outros processos, como na ampliação das terceirizações ou nas reestruturações que usam como ferramenta os PDVs incentivados, geralmente, para extinguir postos de trabalho mais antigos e melhor remunerados. O que o PPE aprofunda, portanto, é a tendência de rebaixamento do salário médio do trabalhador.

Com essa medida, a grande propaganda do governo gira entorno da defesa da manutenção do vínculo empregatício já que, nivelando por baixo, considera o PPE uma alternativa ao “regime de layoff”, isto é, o trabalhador tem suspensão temporária do contrato de trabalho. Por outro lado, o patrão é premiado com uma redução de cerca de 27% dos custos de salários e encargos, em relação à manutenção do emprego como era antes ou aos custos das demissões.

No caso do PPE atingir 50 mil trabalhadores, apesar de o governo gastar

112, 5 milhões do FAT, conseguirá assim poupar fundos do FGTS, continuando a arrecadar e, ainda assim, fechando as contas no positivo.

As empresas que poderão aderir ao PPE serão definidas em um comitê, o CPPE – Comitê de Proteção ao Emprego, que é formado por representantes da patronal e, consequentemente, do governo, via ministérios. Segundo o governo, a empresa deve provar a esse comitê as dificuldades financeiras para poder participar do plano e não poderá dispensar de forma arbitrária os funcionários atingidos enquanto estiverem sob esse regime de trabalho. Falácia, já que não há mecanismo algum que garanta estabilidade e, muito menos, os trabalhadores têm acesso às planilhas financeiras das empresas.

Essa seria uma solução material do governo para poupar recursos da patronal e uma resposta política à sociedade em relação ao alarde que já têm causado as notícias quase diárias das demissões pelo país.

Mas na prática, para os trabalhadores o PPE representa, em suma, a velha ameaça da redução de jornada com redução de salário. A consequência mais danosa para a nossa classe é primeiramente na correlação de forças trabalhador x patrão. Cedendo ao PPE, em vez do trabalhador se colocar em luta real contra as demissões, nas ruas, nas greves e paralisações, mostrando sua força, aceita passivamente uma conciliação que poupa os lucros do patrão e os cofres públicos, que permite retirar os direitos árduos e historicamente conquistados e segura todo o prejuízo nas costas. O discurso de que a prioridade é o emprego já prepara o terreno para o PPE, e permeia o movimento sindical nas regiões do país onde as direções são pelegas.

Os trabalhadores da Mercedes Benz em São Bernardo do Campo disseram um alto e bom NÃO ao PPE, quando

## Como seu salário pode ser reduzido



Um funcionário que recebe hoje R\$ 3 mil e tem sua jornada reduzida em 30%, por exemplo, passaria a receber R\$ 2.550,00

Desse total, R\$ 2.100,00 serão custeados pela empresa e o restante (R\$ 450,00), pelo governo, gerando uma perda salarial de 15%



A grana que o governo vai usar sai do seu bolso também, pois será retirado do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

85% dos trabalhadores rejeçaram a proposta em um plebiscito. Mas em outras fábricas, por insistência das direções traidoras, como a CUT e outras centrais, o PPE foi aprovado e os trabalhadores têm nas mãos mais precarização e incerteza. Esse plano é o máximo que as direções pelegas têm a oferecer para os trabalhadores, tem sido a alternativa rebaixada que é propagandeada como vitória pelas burocracias sindicais país a fora.

Precisamos derrotar o PPE fábrica por fábrica, local de trabalho por local de trabalho em todos os cantos do país e deixar bem claro que entre o lucro do patrão e a nossa vida, não resta dúvidas de que a nossa vida é prioridade!

Para isso, defender o emprego é fundamental, mas sem nenhum direito a menos. Defendemos a redução da jornada sem redução dos salários, para manter a classe trabalhadora empregada. Não podemos aceitar ser, mais uma vez, enganados pelo governo e os patrões. Construir plenárias regionais para organizarmos todos os trabalhadores para enfrentarmos a crise com luta direita, nas ruas e nas greves é a única solução.

# A PETROBRÁS INTENSIFICA A PRIVATIZAÇÃO COM A VENDA DE SEUS ATIVOS

O Plano de Negócios e Gestão da Petrobras (2015-2019) pretende arrecadar com privatizações US\$ 15,1 bilhões entre 2015-2016 e US\$ 42,6 bilhões entre 2017-2018. A “justificativa” que a empresa apresenta para a venda de patrimônio é a dívida de US\$ 132 bilhões, que teria atingido este patamar devido à baixa no preço do petróleo e à alta do dólar.

Mas, por que uma das maiores empresas do mundo, que aumenta sua produção de petróleo ano após ano, que aumenta sua produção de derivados de petróleo ano após ano, que aumenta sua venda de combustíveis ano após ano pode estar em tal situação?

A causa é uma combinação de três fatores: A quebra do monopólio do petróleo (que tem como consequências leilões e disputas com corporações internacionais); A política “neocolonialista” (que força a venda do produto bruto, ou seja, de matérias-primas que têm baixo valor agregado); A corrupção astronômica.

Para entendermos essa combinação é importante fazermos um breve histórico sobre a Petrobras e o relacionarmos com as consequências de seu desmonte para a classe trabalhadora brasileira.

A empresa foi construída em 1953, 100% estatal, após forte mobilização nacionalista pelo “o petróleo é nosso”.

Seu processo de privatização foi iniciado nos governos de Collor e Itamar. Entre 1990-1994 foram vendidas participações em 15 empresas petroquímicas e em 5 de fertilizantes, com a maior parte do pagamento recebido com moeda podre (títulos da dívida pública, com valor de mercado inferior ao valor nominal). Dessa forma, se entregou ao capital privado esses importantes setores da indústria, que utilizam derivados do petróleo para produção de materiais nas indústrias de alimentos, automobilística, têxtil, eletrodoméstico, farmacêutica, construção civil, etc.

Nos governos de FHC houve um avanço na venda de patrimônios da Petrobras. Como Ministro da Fazenda fez um corte de 52% no orçamento da Petrobras. E a política de preços dos combustíveis transferia US\$ 3 bilhões/

ano do faturamento da Petrobras para o cartel das distribuidoras.

Já como presidente (1995-2002), além de descumprir o acordo de reajuste salarial assinado com os trabalhadores da Petrobras, demitir alguns dos grevistas e aumentar a terceirização (chegando a 120.000 terceirizados e somente 30.000 funcionários diretos) também comandou o processo de quebra do Monopólio Estatal do Petróleo, a mudança do estatuto da Petrobras (que permitiu a venda de ações e levou a uma redução qualitativa da participação governamental nas ações da empresa) e a venda da Refinaria Alberto Pasqualini-RS.

No governo Lula ocorre a “traição” da esperança de milhões de trabalhadores que acreditavam que acabaria a entrega da riqueza nacional às multinacionais. E tem continuidade os leilões de blocos de petróleo e a terceirização. Além de bater recordes de leilões (706 blocos), no governo Lula, aumentou muito a participação das empresas privadas em fatias do território nacional para extração de petróleo (195.404Km<sup>2</sup>). Também manteve a lógica de beneficiar com cargos “de confiança” e critérios subjetivos para cargos hierárquicos da empresa.

No governo Dilma ocorreu a entrega de 60% de uma das maiores reservas de petróleo do mundo (Campo de Libra - SP) e intensificou-se a prioridade da extração de petróleo, do pré-sal, para exportação. As multinacionais que entraram na barganha do Libra comemoraram, pois ainda pagaram somente 0,1% do valor que se estimava da reserva. É importante dizer que o projeto de nova lei da partilha (de José Serra) retira a exigência de que a Petrobras seja a operadora única e que tenha participação mínima de 30% dos blocos licitados, ou seja, tenta piorar ainda mais o que já está péssimo.

Agora, nesse segundo semestre de 2015, o governo já avançou na entrega buscando vender ativos. Já foi aprovada a venda de 25% da BR Distribuidora. Que é um dos maiores faturamentos do país e tem lucros bilionários. Também está sendo estudado fatiar e analisar a venda da Transportadora Associada de Gás, com participação em distribuidoras

PETROLEIRO - MG



de gás canalizado, termelétricas, navios da Transpetro, campos de petróleo e em petroquímicas.

Em relação às condições de trabalho, a terceirização também aumentou: Eram 300 mil terceirizados no governo Lula e atingiu 360 mil funcionários com Dilma. Em Junho de 2014, 81% da mão de obra da Petrobras já eram terceirizadas.

Com a quebra do monopólio do petróleo, ou seja, com a entrega de um produto estratégico (exploração, produção, refino, transporte) às empresas privadas nacionais e estrangeiras entra em jogo o compromisso de atender aos interesses do lucro certo de proprietários de ações e de títulos da dívida. Isso coloca a empresa em condições desfavoráveis no ramo, afeta os direitos e as condições de trabalho dos trabalhadores da Petrobras e das terceirizadas e encarece, para a classe trabalhadora de conjunto, os produtos derivados do petróleo.

## O NEOCOLONIALISMO E O APROFUNDAMENTO DA ENTREGA DAS RIQUEZAS NATURAIS

Os 13 anos do governo do PT mantiveram a “herança maldita” da quebra do monopólio do petróleo realizada por FHC.

Hoje, o governo detém apenas 46% do capital da Petrobras e o capital privado 54%, sendo a maioria estrangeiro. Mas, como o governo tem maioria das ações ordinárias possui com isso o controle das decisões e garante uma administração voltada para os interesses de acionistas e proprietários de títulos.

Isso força a Petrobras a ter gastos constantes em pesquisas para descobertas de áreas, no território nacional, de extração de petróleo e a ter que disputar leilões com gigantes



internacionais.

Após a crise de 2008, passou-se a intensificar a política iniciada por Collor de priorizar apenas a atividade de exploração de petróleo, produto bruto. E segue assim com o pré-sal, extração voltada para a exportação e a Petrobras tendo de cumprir prazos estipulados pelo governo para as exportações.

Mais uma vez se repete os erros do passado colonial (exportação de produto bruto voltado para a exportação como o pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, café, etc.) e mantém o país voltado para uma economia colonial agroexportadora de energia e matérias-primas, porém, consumidora de produtos importados com valores agregados. Com isso também se mantém a Petrobras muito mais vulnerável ao mercado externo.

Para refinar nossa produção de petróleo – para obtenção de produtos derivados como combustíveis, fertilizantes, plásticos, gás, etc. – seriam necessários investimentos nas refinarias por todo o país. No entanto, a importação de derivados, nos últimos anos, alcança bilhões que seriam suficientes para se construir uma refinaria por ano.

Dessa forma, é possível compreender como, a cada governo, tem se intensificado a privatização da Petrobras não somente com a entrega dos blocos do petróleo, mas também com a venda de seu patrimônio para atender aos interesses do capital estrangeiro.

### **A ESPOLIAÇÃO EM FORMA DE CORRUPÇÃO**

A corrupção na Petrobras atingiu valores astronômicos, em 2014, reconheceu perda de R\$ 6,194 bilhões mais o abatimento no valor de seus ativos de R\$ 44,636 bilhões.

Caso emblemático é o da Refinaria do Nordeste - PE (RNEST), que do orçamento inicial (2005) até o início das operações (2014) o valor da obra ficou sete vezes maior, situação intimamente ligada aos contratos com as empresas



terceirizadas.

A privatização através de terceirizações tem multiplicado as fraudes nas licitações para favorecer empreiteiras, o superfaturamento das obras, o atraso na construção de refinarias, o pagamento de propinas, etc. Isso demonstra como a corrupção, que é inerente ao sistema do capital, afeta diretamente a classe trabalhadora. Hoje quem paga diretamente a conta da corrupção é o trabalhador da Petrobras, o terceirizado e o trabalhador brasileiro que assume o papel de “consumidor” no sistema capitalista.

É a combinação desses três fatores que tem feito com que a produção do petróleo brasileiro não tenha favorecido, de fato, a classe trabalhadora. Com a entrega dessa riqueza natural, matriz energética mundial, o Brasil permanece dependente dos países imperialistas e mantendo o seu lugar na divisão do trabalho para favorecimento do capital.

É necessário unificar todas as categorias profissionais contra a venda do patrimônio da Petrobras, contra a entrega de toda a nossa riqueza natural, pela soberania nacional.

Para os trabalhadores da Petrobras os efeitos já são drásticos: demissão de quase 80.000 terceirizados, perda de direitos, corrosão salarial, precarização das condições de trabalho, etc. Para a classe trabalhadora de conjunto os efeitos não são menos danosos: aumento nos preços do gás de cozinha; dos alimentos dependentes de fertilizantes; dos produtos que dependem de embalagens plásticas, dos combustíveis, dentre tantos outros.

Precisamos reestatizar integralmente a Petrobras (100%) sob controle dos trabalhadores e retomar o monopólio estatal do petróleo para que sua produção sirva aos interesses públicos; para que os terceirizados sejam incorporados; para que os trabalhadores tenham condições dignas de trabalho; para criarmos uma empresa estatal de obras públicas; para colocarmos fim aos “cargos de confiança”, à corrupção e expropriarmos as empresas envolvidas.

### **CAMPANHA SALARIAL – NÃO PODEMOS CAIR NA ARMADILHA DA FUP!**

A FUP tem engavetado nossa pauta, mas tem dito que a prioridade este ano é lutar contra a privatização e que só se moverá pela pauta da categoria após um parecer da empresa sobre a privatização.

A contradição fica explícita para todos: A FUP defende o governo que está privatizando e participa de todos os atos de apoio ao governo.

Sim, é verdade que temos que lutar contra a privatização e não somente nós petroleiros, mas todas as categorias. Então a CUT deveria chamar uma mobilização nacional de todas as categorias contra a privatização que está em curso, contra os leilões, etc. Dinheiro para isso a central tem, só de imposto recebe uma megasena acumulada por ano. Em contrapartida não vemos milhares de boletins nas diversas categorias em defesa do patrimônio público, não vemos nada, somente o chamado para ato em defesa do governo (o mesmo governo que está vendendo ativos).

Lutar contra a privatização não pode impedir a nossa campanha salarial. Isso é uma armadilha da FUP para desanimar a categoria e deixarmos de reivindicar. Temos diversas demandas a serem resolvidas: inflação corroendo nossos salários e sem termos ganho real no salário básico há anos, Benefício Farmácia que não funciona, pressão para redução do número mínimo de segurança, etc.

### **ESSES SÃO ALGUNS DOS ITENS DEFENDIDOS NA PAUTA DA FNP:**

- ⇒ Aumento real de 10%
- ⇒ Incorporação RMNR
- ⇒ Primeirização do B.FARM. E AMS 100% custeada pela Petrobrás
- ⇒ Reposição de níveis sonogados aos aposentados e reintegração plena dos anistiados
- ⇒ Recomposição do efetivo
- ⇒ Abono acompanhamento dependente doente
- ⇒ Garantia nos contratos da Petrobrás da licença maternidade de 6 meses e creche para terceirizados
- ⇒ Garantia do emprego com retorno das obras
- ⇒ Acordo único do sistema Petrobrás
- ⇒ Redução da carga horária para pais e mães com crianças com necessidades especiais
- ⇒ Auxílio Alimentação para área operacional (50% do valor do auxílio almoço)

Veja mais: <http://cspconlutas.org.br/2015/07/9o-congresso-da-fnp-termina-com-aprovacao-da-carta-do-rio-e-chamado-a greve-do-dia-247/#sthash.bhD09MjS.dpuf>

Entres tantos obstáculos que enfrentamos todos os dias na luta revolucionária, as burocracias sindicais ocupam um papel de destaque, pois, muitas vezes se passando como nossos aliados, nos vendem a cada luta.

O texto de formação dessa edição trata de uma questão que pode nos ajudar a compreender a base material que as sustentam.

Há também o fato de que pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, no interior da classe operária surgiu algumas “frações” diferenciadas entre si pela remuneração e conseqüentemente pelo maior acesso a consumo, por exemplo. Essa diferenciação fez com que se quebrassem a corrente de solidariedade entre os trabalhadores, pois, em muitos casos e por conta dessas diferenças, passou haver interesses distintos entre os próprios trabalhadores.

São essas questões que estão em debate neste artigo. Esse espaço está aberto para outras contribuições. Se quiser participar dele, também nos ajudar essa (e outras tantas) questão texto de formação política dessa edição é sobre mais-valia. Tema fundamental para compreendermos a “lógica” da exploração do capital sobre nós trabalhadores.

O desenvolvimento dos modos de produção é, também, o desenvolvimento das classes sociais e das suas relações. Em Roma, as diferenças entre os senhores e escravos eram muito maiores que, por exemplo, nos primeiros impérios escravistas, como a Babilônia ou o Egito. Essas diferenças respondem por boa parcela dos conflitos políticos em toda a Antiguidade.

Semelhante na Idade Média: o desenvolvimento aumenta as diferenças entre os senhores feudais e entre os servos. Quando da Revolução Inglesa (1642-88) e da Revolução Francesa (1789-1815), essas diferenças foram importantes para a evolução concreta das lutas de classe.

Com o modo de produção capitalista, não é diferente.

Tanto na burguesia, quanto no proletariado, a diferenciação interna tende a crescer. Entre os proletários, cresce seu setor rural, aumenta a distância entre os mais especializados e os “peões”, suas profissões se

# A ARISTOCRACIA OPERÁRIA

SÉRGIO LESSA

diversificam, seus regimes de trabalho não são mais tão próximos, etc. Entre as mais importantes diferenciações no seio do proletariado está o surgimento e o desenvolvimento da aristocracia operária.

## MAIS-VALIA RELATIVA E ARISTOCRACIA OPERÁRIA

O principal fator no surgimento e desenvolvimento da aristocracia operária é o crescimento da importância da mais-valia relativa na reprodução da totalidade do sistema do capital.

A mais-valia corresponde a uma peculiaridade da mercadoria força de trabalho. Apenas ela produz um valor maior do que o seu próprio: a mais-valia. O capital possui apenas dois modos de ampliar a mais-valia, o modo absoluto e o modo relativo.

A mais-valia absoluta é a mais primitiva: reduz-se o salário do trabalhador – ou, o que dá no mesmo, amplia-se a jornada de trabalho sob o mesmo salário. Com isso, a parcela da riqueza produzida pelo trabalhador consumida no pagamento do seu salário cai, aumentando de modo absoluto a mais-valia.

A mais-valia relativa é mais desenvolvida e apenas pôde se generalizar pela economia com a passagem do capitalismo ao seu estágio monopolista, a partir de 1870. Ela se caracteriza pela diminuição da riqueza produzida pelo trabalhador que será destinada ao salário ou 1) porque o valor da força de trabalho cai ou, então, 2) porque o desenvolvimento tecnológico aumenta a quantidade de riqueza que o trabalhador produz, fazendo com que o seu salário consuma uma parcela decrescente de sua jornada de trabalho. (Caso necessite esclarecimentos sobre essa questão, rogamos que se leia o artigo sobre a mais-valia no Jornal Espaço Socialista no. 81.)

Para entendermos porque a mais-valia relativa e sua generalização pela economia são o berço do nascimento e os principais fatores de desenvolvimento da aristocracia operária, não é preciso mais do que um pouco de história.

## UM POUCO DE HISTÓRIA

Comparadas a hoje, nos primeiros momentos da Revolução Industrial as cidades que concentravam a indústria eram bem menores e a capacidade produtiva, mesmo que muito superior ao de algumas poucas décadas antes, era ainda bastante modesta.

Já nesse momento inicial, o proletariado (1) estava longe de ser homogêneo: operários mais especializados recebiam um salário um pouco maior, suas condições de vida e trabalho não eram as mesmas do conjunto da classe, sua instrução e nível cultural não eram os mesmos e assim por diante. Com o desenvolvimento das indústrias, essa diferenciação vai se desenvolvendo. Não apenas pelo crescimento da camada de operários especializados, mas também pela crescente industrialização de novos ramos da produção (mecânica, siderurgia, química, têxtil, mineração, militar, etc.), o que cria novos empregos, novas profissões, etc. O texto de juventude de Engels, *A situação da classe operária inglesa*, é uma belíssima descrição desse momento inicial do proletariado.

Com o crescimento industrial, as cidades conheceram um crescimento vertiginoso, o que ampliou a procura pelos bens de primeira necessidade, tornando lucrativa a sua produção em escala industrial. A roupa, a comida, o remédio, a casa do trabalhador, se produzidos industrialmente, se tornam muito mais baratos do que produzidos artesanalmente e, com isso, a quantidade da força de trabalho socialmente necessária para a reprodução do operário também diminui. Ou seja, um tempo menor de sua jornada de trabalho será consumido pelo seu salário, aumentando a mais-valia relativa. (Sobre o “tempo de trabalho socialmente necessário”, conferir o artigo sobre mais-valia, no Jornal





Espaço Socialista n.81)

Veja: a industrialização aumenta o mercado consumidor dos bens de primeira necessidade e estimula assim a sua industrialização. Com isso:

- Cai o valor dos bens de primeira necessidade;

- A “vida” do trabalhador se torna “mais barata” e uma parcela menor da riqueza que ele produz será consumida para pagar o seu salário;

- Aumenta a mais-valia relativa e, ainda mais, uma nova fonte de mais-valia absoluta é acrescida ao sistema do capital com o desenvolvimento das indústrias de bens de primeira necessidade.

Aumenta a lucratividade do capital como um todo.

Esse processo ganhou uma nova qualidade com a passagem do capitalismo à sua etapa monopolista e imperialista, na crise de 1870.

### AS CRISES CÍCLICAS E A CRISE DE 1870

O constante aumento da produção conduz o capitalismo às crises cíclicas. Como o capital concentra cada vez mais a riqueza na classe dominante e, ao mesmo tempo, aumenta sempre a produção, esta última tende a se tornar superior à capacidade de consumo da sociedade. Surge a superprodução e, com ela, as vendas caem, os estoques não são esgotados, suspende-se a produção e, logo, os trabalhadores são demitidos. Com o desemprego crescente, o consumo cai ainda mais, derrubando a produção e aumentando as demissões.

Com a interrupção da produção industrial, a agricultura quebra (pois não se consomem mais as matérias-primas que ela produz) e os bancos vão à falência, já que os empréstimos não são pagos. A crise se generaliza. Com a produção paralisada, aos poucos os estoques são consumidos, a carência de

mercadorias eleva novamente seus preços e volta a ser lucrativa a sua produção. Retomase, assim, o ciclo de crescimento da economia.

Com um detalhe importante, contudo: a cada crise, o pequeno é engolido pelo médio e, este, é engolido pelo grande. Tem lugar uma concentração que faz com que o ponto de partida do crescimento da economia após uma crise seja um capital mais concentrado. De crise em crise, o capital vai se concentrando até que, com a crise de 1870, parcelas inteiras dos mercados nacionais dos países mais avançados passaram a ser monopolizadas por uma ou por poucas empresas. O capitalismo estava transitando de sua etapa concorrencial, à nova etapa, a do capitalismo monopolista e do imperialismo.

Essa mudança no interior do capitalismo teve três consequências decisivas para o desenvolvimento da aristocracia operária:

1) Aumentou ainda mais a distância da parcela mais especializada do proletariado para o conjunto da classe. Suas condições de vida, suas condições de trabalho e seus salários melhoravam na medida em que o capitalismo se desenvolvia e sua especialização valorizava sua força de trabalho. As primeiras ilusões de que o desenvolvimento do capitalismo melhoraria a sorte de todos os assalariados ganharam um enorme impulso. Bernstein(2), naquela época, argumentava que o desenvolvimento do capitalismo automaticamente levaria à distribuição cada vez mais generalizada da riqueza e, portanto, ao socialismo. Aliar-se com os setores “progressistas” da burguesia e apoiar as políticas de desenvolvimento do capitalismo seria, portanto, a correta estratégia revolucionária.

A distância entre a aristocracia operária e o conjunto da classe também aumentou porque, num processo

**“...A CADA CRISE, O PEQUENO É ENGOLIDO PELO MÉDIO E, ESTE, É ENGOLIDO PELO GRANDE. TEM LUGAR UMA CONCENTRAÇÃO (...). DE CRISE EM CRISE, O CAPITAL VAI SE CONCENTRANDO ATÉ QUE, COM A CRISE DE 1870, PARCELAS INTEIRAS DOS MERCADOS NACIONAIS DOS PAÍSES MAIS AVANÇADOS PASSARAM A SER MONOPOLIZADAS POR UMA OU POR POUCAS EMPRESAS. O CAPITALISMO ESTAVA TRANSITANDO DE SUA ETAPA CONCORRENCIAL, À NOVA ETAPA, A DO CAPITALISMO MONOPOLISTA E DO IMPERIALISMO”**

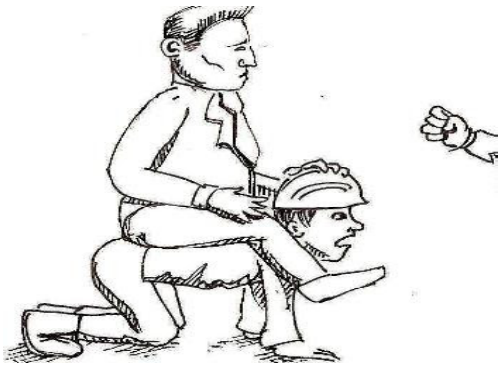
descrito por Lenin em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, os grandes grupos capitalistas passaram a investir na exploração de matérias primas e das fontes de energia (carvão e, depois, petróleo) dos países da África e da Ásia, fazendo surgir um proletariado nessas regiões ainda mais miseravelmente pago e com condições de trabalho ainda mais penosas que a de seus camaradas europeus. Há agora, não apenas a crescente distância entre os operários mais especializados e os “peões” no centro do capitalismo, mas também entre os proletários da Europa e os das colônias.

2) A segunda consequência é que a aristocracia operária percebe que, quanto menor o salário dos operários que produzem os bens de primeira necessidade, mais baratas essas mercadorias e, portanto, maior seu poder de compra.

Em poucas palavras: tanto a aristocracia operária quanto aos burgueses interessa que os trabalhadores que fabricam as roupas, a comida, a moradia, o remédio etc. recebam os mais baixos salários. Pois, nesse caso, o aumento da mais-valia relativa é, também, o aumento do poder de compra da aristocracia operária. Surge um interesse econômico comum à burguesia e à aristocracia operária.

A solidariedade de classe é, então, quebrada. Sempre que os operários envolvidos na produção dos bens de primeira necessidade se levantarem por melhores salários – ou quando os trabalhadores dos países mais atrasados se revoltarem contra o imperialismo – a aristocracia operária percebe que uma





vitória dessas lutas levará ao encarecimento das mercadorias que ela consome. Tendem, por isso, a ficar com a burguesia contra os demais trabalhadores.

3) A terceira consequência é não menos grave. A concentração do capital em alguns poucos grupos econômicos, que passam a dominar a economia de seus países, faz com que o poder político desses grupos cresça enormemente. Com isso, as ações do Estado passam a ser determinadas pelos interesses de tais grupos econômicos.

Para nosso estudo da aristocracia operária, o importante é que o capital logo percebeu – inicialmente pela experiência da Alemanha governada por Bismarck (últimas décadas do século 19) – que, se o Estado subsidiasse a Educação, o transporte, a saúde, a alimentação, a moradia etc. dos trabalhadores, baratearia ainda mais a força de trabalho, ampliando desse modo a mais-valia relativa. Ampliam-se, ao longo dos anos, os investimentos estatais na Educação pública, na saúde pública, no transporte público, etc. porque com isso aumenta a mais-valia relativa do sistema do capital como um todo – com a consequente ilusão de que o Estado estaria se convertendo em representante dos interesses dos trabalhadores.

Resumindo: o capitalismo monopolista e o imperialismo:

Ampliaram a distância das condições de vida e trabalho da aristocracia operária das do conjunto da classe;

Aproximaram a aristocracia operária do capital com a finalidade imediata de desenvolver o capitalismo e de manter baixos os salários dos proletários que produzem os bens de primeira necessidade, tanto no interior dos países imperialistas, quanto nas colônias da África, Ásia e, depois, das Américas;

Fizeram com que o Estado passasse

a investir em políticas públicas com a finalidade de tornar ainda mais barata a reprodução da força de trabalho e, com isso, ampliar a mais-valia relativa.

As consequências ideológicas logo se fizeram sentir. Às ilusões de que o capitalismo conduziria à melhoria da vida de todos é acrescida, agora, a ilusão de que o Estado teria deixado de ser o comitê executivo da classe dominante para se converter em um Estado que democraticamente representaria o conjunto da sociedade. O reformismo no seio do movimento operário se fortalece e passa a ter a maioria nos congressos dos partidos e das organizações sindicais. A burocracia sindical e partidária apoia cada vez mais decididamente as teses de que a revolução não mais seria necessária, pois a evolução do capitalismo “mostrava” que o seu desenvolvimento levaria à distribuição da riqueza e a um Estado cada vez mais representante de todas as classes sociais!

Foi nesse momento que Marx escreveu as importantíssimas “Críticas aos programas de Gotha e Erfurt”.

### OS SINDICATOS E A COLABORAÇÃO DE CLASSES

Como as lideranças tendem a sair da parcela mais especializada e culta dos operários, os partidos e sindicatos passaram a expressar mais diretamente os interesses da aristocracia operária do que do conjunto da classe. Apesar de minoritária no interior da classe, a aristocracia operária vai fornecendo os membros da burocracia sindical e partidária e, com isso, seu peso político tende a ser muito maior que o seu número.

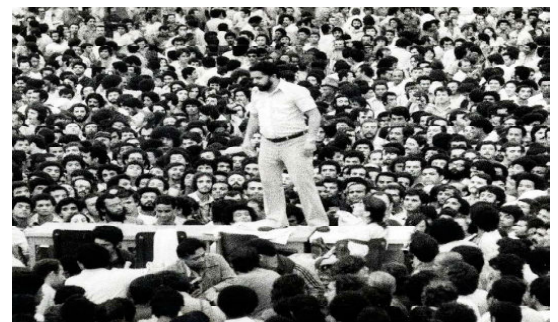
O domínio dos sindicatos e dos partidos pela aristocracia operária tem um reflexo na ideologia: o reformismo passa a contar com os meios econômicos e políticos dos sindicatos e partidos para se desenvolver e se popularizar. A possibilidade de se alcançar uma “sociedade justa”, convertendo o capitalismo de reforma em reforma, em um capitalismo de “face humana”, é agora defendida abertamente por muitas lideranças sindicais e partidárias. Defendiam ainda que o Estado estava evoluindo para uma instituição democrática que representaria os interesses de toda a sociedade.

Engels, Lenin e Rosa Luxemburgo foram os principais opositores ao crescimento do reformismo, à legitimação do Estado e à colaboração de classes. Nesse sentido, Lenin caracterizou com precisão a aristocracia operária ao escrever:

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o [...] principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos “versalheses” <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/notas.htm-%288%29> contra os “communards”.(3)

Desde o final do século 19, a burguesia vai se dando conta de que há um setor do proletariado com o qual “se pode conversar” e buscar acordos. Diferente do restante dos trabalhadores, esse setor é “civilizado”, “cidadão” e “responsável”. A burguesia percebe, ainda mais, que uma aliança com a aristocracia operária enfraqueceria o restante da classe, tornando mais fácil o controle de todos os trabalhadores pelo capital.

Assim, já em 1918-22, a aristocracia operária e sua burocracia foram importantes na derrota da Revolução Alemã e no assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na gigantesca greve de 1936, na França, Maurice Thorez, secretário geral do PCF e um dos principais representantes da



aristocracia operária, se aliou com os capitalistas para desmontar o movimento. “É preciso saber como interromper uma greve”, declarou. Logo após a II Guerra Mundial, em 1946, a confiança da burguesia na aristocracia operária na França chegou ao ponto de entregar às principais centrais sindicais a administração do sistema de aposentadoria dos trabalhadores!

Hoje, não por acaso, nem é um fato original, no Brasil, os fundos de pensão, tão importantes para a especulação, são administrados em larga medida pela burocracia que vem da aristocracia operária.

Com a crise estrutural do sistema do capital, a partir dos anos de 1970, a instabilidade econômica e social torna ainda mais importante o papel da aristocracia operária no controle do proletariado. Aumenta ainda mais a integração da aristocracia operária, seus sindicatos e partidos, ao Estado e ao grande capital. Em muitos países a aristocracia operária e sua burocracia têm sido importantes fiadores das políticas neoliberais da “reestruturação produtiva”. Os sindicatos e partidos dos trabalhadores vão se convertendo em “cães de guarda” do capital, como disse um pesquisador francês.

No Brasil as coisas não foram diferentes. Foram tardias e mais rápidas, apenas.

## A ARISTOCRACIA OPERÁRIA NO BRASIL

A industrialização que teve lugar a partir da Ditadura Militar, de 1970 até os nossos dias, forneceu as bases para o desenvolvimento da aristocracia operária no Brasil.

De início junto às indústrias de base e pesadas (metalurgia, automobilística, siderurgia, petroquímica), logo a aristocracia operária foi se generalizando na medida em que a tecnologia se elevava e a produção crescia. O Brasil se “modernizou” mantendo o que mais interessa à burguesia: uma crescente concentração de rendas e a maior lucratividade possível para o capital como um todo.

Em pouco mais de uma década, um setor dos operários, os mais especializados, de maior nível cultural e informação política, passou a fornecer as lideranças que organizaram as lutas contra a Ditadura. Em pouco tempo,

entre 1978 e 1981, organizaram uma estrutura sindical paralela que destronou o poder da “pelegada” que apoiava os militares. As greves de 1978-9 anunciaram a entrada em nossa história de uma nova liderança sindical, que vinha da nova aristocracia operária e que exigia o que já havia em todos os países imperialistas: a participação, no Estado, dos “trabalhadores”. O PT surgiu para lutar por essa participação no Estado. Só assim, argumentavam, seria construído um Brasil justo.

Colhemos, hoje, os resultados dessa história: os “representantes dos trabalhadores”, as lideranças da CUT e do PT eram, na verdade, representantes da aristocracia operária. Pela promoção das ilusões reformistas e pela promoção ativa da colaboração de classe, desarmaram o conjunto dos trabalhadores e conseguiram evitar todo o confronto aberto com o capital. As greves dos petroleiros de 1995 e a dos funcionários públicos, em 2004, que não nos deixem mentir. Os burocratas do PT e da CUT foram fundamentais para o sucesso da “reestruturação produtiva” e do neoliberalismo. Fizeram para isso tudo o que estava ao seu alcance: desde a promoção do empreendedorismo entre os trabalhadores, até o aberto combate às teorias e organizações revolucionárias.

A história de como se costurou a aliança da aristocracia operária com o grande capital no Brasil é, em larguíssima medida, a história de como o PT e a CUT, de uma postura mais combativa (mas, nunca, anticapitalista), se converteram em pilares importantes do controle dos trabalhadores pelos patrões.

Não há espaço, agora, para sequer delinear essa história. O fundamental é a sua lição: se não formos capazes de identificar nossos inimigos, lutaremos contra fantasmas e não contra as forças reais que nos oprimem. Enquanto as ilusões aos sindicatos e partidos dominados pela aristocracia operária estiverem presentes entre os trabalhadores e proletários, as lutas não se voltarão contra as verdadeiras causas, da exploração do proletariado pelo capital, mas apenas contra os efeitos superficiais. Terreno seguro para a derrota revolucionária e para a manutenção do capitalismo.

Por isso, a luta revolucionária contra o capital, no Brasil e no resto do mundo,

é também a luta contra a aristocracia operária e contra a burocracia sindical e partidária que dela se origina. Isso, se já era verdade na época de Engels, Lenin e Rosa Luxemburgo, é ainda mais urgente em nossos dias.

## NOTAS

(1) Marx, Engels e Lenin tomam o trabalho como a atividade fundante da sociedade e, por essa razão, definem as classes sociais pelo local que ocupam na estrutura produtiva. O que difere o proletariado dos demais assalariados é que, pelo seu trabalho na agricultura e nas fábricas, converte a natureza nos meios de produção e de subsistência que são a origem de todo o capital. Os proletários são a única classe que produz o capital, são a única classe não parasita no modo de produção capitalista. Tratamos desse tema no *Jornal Espaço Socialista* n. 77.

(2) Eduard Bernstein (1850-1932) foi o primeiro teórico reformista com uma proposta abrangente e global da pacífica transformação do capitalismo em socialismo. Sua influência se estendeu, no século passado, por todo o campo socialdemocrata e também entre os eurocomunistas. O quanto suas concepções estavam equivocadas se tornou evidente quando, às vésperas da Primeira Grande Guerra (1914-18), dizia ser desnecessário que os revolucionários se organizassem para evitar o conflito porque a “racionalidade” do capital impediria o conflito! Foi de grande ajuda, naquele momento, à mobilização para a guerra promovida pelo imperialismo.

(3) Communards e versalheses são referências aos dois lados da Comuna de Paris, os revolucionários (os communards) e os contrarrevolucionários que tinham seu quartel general em Versalhes. Lenin, V. U. (1984) *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Obras Escolhidas em Três Tomos, Editorial Progresso, Moscou, p. 585.

## TEXTOS RECOMENDADOS

Lenin, V. I. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Há várias edições em português.

Lessa, S. *Cadê o proletariado?* Instituto Lukács, 2014. Um estudo sobre a evolução dos operários e da aristocracia operária no Brasil.

Marx, K. “Crítica aos programas de Gotha e Erfurt.” Há várias edições em português, uma das melhores é da Edições Avante, de Portugal, que pode ser conseguida na internet com facilidade.



# IMIGRAÇÃO NA EUROPA

Após o término da II Guerra Mundial, vários países europeus passaram por um intenso processo de reconstrução de suas economias abaladas pelo conflito. Esse processo de reconstrução desencadeou o fortalecimento do parque industrial de alguns países, tais como a Alemanha e a França. O fortalecimento da industrialização em pontos isolados foi um dos principais fatores que ocasionaram o alargamento da imigração no continente europeu. Trabalhadores de outras nações europeias ingressavam nos referidos países em busca de emprego e melhores condições de vida, escassas em seus países de origem.

No primeiro momento imigratório, os trabalhadores advinham da própria Europa, com destaque os países de Portugal, Itália, Grécia e Espanha. Tais trabalhadores ocupavam postos de trabalho que exigiam pouca qualificação, fato que refletia em baixos salários e vínculos empregatícios precários. Outro fator que podemos destacar é a baixa natalidade nos países europeus, que requisitava jovens estrangeiros para suprir a necessidade da mão de obra, bem como arrecadar finanças por meio de impostos. No decorrer das décadas de 1970 e 1980 as origens nacionais dos imigrantes vão para além do continente europeu, passando a englobar os países que tiveram sua formação social e histórica capitalista forjadas no processo de colonização. Tais trabalhadores ocupavam postos de trabalho marginalizados e isentos de medidas de seguridade social. Nos referidos momentos da imigração, a fixação permanente dos imigrantes na Europa era aceita e necessária para o desenvolvimento dos países que os recebiam, pois constituíam força de trabalho barata e exposta a exploração.

Contudo, a conjuntura de crise fez com que alguns países europeus restringissem a entrada de imigrantes em suas fronteiras, podemos citar a Alemanha como exemplo. Em 2007 foi aprovado pelo governo alemão um projeto que possui por objetivo dificultar a entrada e permanência de imigrantes advindos de nações fora da zona do euro. Ao contrário do contexto do pós Guerra, atualmente, é permitida apenas a entrada

de trabalhadores qualificados que supram as necessidades econômicas do país. Além de impor limites à entrada de trabalhadores, o referido projeto visa comprimir a entrada de conjugues, alterando assim os direitos dos estrangeiros, bem como a lei da imigração de 2004.

Nesta direção é perceptível que o processo de imigração tomou contornos que tende a se afastar do ocorrido no passado. Se antes os trabalhadores estrangeiros eram aceitos como meio de ocupar postos de trabalhos marginalizados cujos trabalhadores nacionais rejeitavam, hoje são toleráveis apenas aqueles que possuem uma qualificação capaz de colaborar de modo quantitativo e qualitativo com o processo produtivo. Todavia, é importante frisar que tais medidas protetivas não eliminam a entrada de imigrantes ilegais destinados a realizar trabalhos precários sem o alicerce legislativo trabalhista, fato que os deixam à mercê da superexploração. Vale ressaltar ainda, que esses indivíduos são marcados pela clandestinidade, o subemprego, moradias precárias, falta de acesso aos serviços estatais e, ainda, são vulneráveis a ataques xenófobos.

A maioria dos imigrantes que tentam suplantar as medidas restritivas quando não morrem na travessia, como no incidente de 19 a 20 de Abril no Mar Mediterrâneo, que dos quase 950 passageiros apenas 28 imigrantes sobreviveram e 24 corpos foram encontrados. Os números só acumulam desde o início de 2015 cerca de 1800 imigrantes já morreram e sete mil foram resgatados (muitos deportados em seguida). Esse número é 30 vezes maior do que o de mortes no mesmo período do ano passado e a tendência é que ele se multiplique. Em 2014, cerca de 3.300 imigrantes morreram nos barcos e 3.700 foram resgatados. Porém, no ritmo em que as mortes estão acontecendo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) calcula que até o fim deste ano cerca de 30 mil imigrantes irão perder suas vidas na travessia. De acordo com a mesma Organização, no intuito de chegar a país mais desenvolvido, morrem cerca de oito imigrantes por dia, advindos principalmente da África e do Oriente Médio, como a Síria, Líbia e

Eritreia.

Dentre das medidas utilizadas pela União Europeia para impedir a entrada dos imigrantes, podemos citar os planos Tritão (na Itália) e Poseidon (na Grécia), que ocasionaram no aumento do número de naufragos na região do Mediterrâneo. Tais planos almejam limitar, proteger e controlar as fronteiras e não possui intuito de realizar operações de salvamentos e resgate de imigrantes. Em outras palavras, o objetivo desses planos é impedir que os imigrantes entrem nesses países.

No curso da crise estrutural do capitalismo, no qual o capital adentra nos seus “limites absolutos”, a problemática do desemprego é posta de forma crônica, se configurando como estrutural. Diante da conjuntura de crise, Mészáros (2011) assevera que emerge um novo padrão de desemprego que não se circunscreve aos países emergentes, os centrais passam a conviver com o desemprego maciço. O número alarmante do desemprego entre os países europeus fez com que a convivência com estrangeiros transcendesse o choque cultural. Assim, os imigrantes passaram a ser vistos como os principais responsáveis pela contração dos postos de trabalho e por esse motivo passam a ser discriminados, e em casos mais extremos são vítimas de violência.

Tal visão proporciona o alargamento das idéias preconceituosas ancoradas na xenofobia por parte dos nacionalistas, que fomentam práticas discriminatórias e coercitivas contra os estrangeiros. As nacionalidades que mais sofre com os ataques dos nacionalistas são asiáticos, africanos latinos que geralmente ingressam nos países europeus para se submeterem a subempregos.

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

## CONTATOS

[www.espacosocialista.org](http://www.espacosocialista.org)  
[espacosocialista@hotmail.com](mailto:espacosocialista@hotmail.com)  
[facebook.com/espacosocialista1](https://facebook.com/espacosocialista1)